PROJETO DE LEI Nº

DE 2022

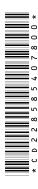
(Deputado Alexandre Frota)

Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra a população LGBTQIA+ e contra a população preta e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

- Art. 1° O Poder Executivo elaborará estatísticas sobre a violência que atinge a população LGBTQIA+ e a população preta, nela incluídas pessoas negras e pardas, segundo a classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.
- § 1º Deverão ser computados todos os dados em que conste qualquer forma de agressão que vitime pessoas LGBTQIA+ e/ou pessoas pretas, segundo a classificação proposta pelo IBGE, devendo existir codificação própria e padronizada para todos os órgãos da Administração Publica Federal.
 - § 2º A periodicidade não poderá ser superior a 12 (doze) meses.
- § 3º A metodologia utilizada deverá seguir um padrão único para a coleta e tabulação dos dados.





- § 4º Para a coleta de dados o Poder Executivo Federal deverá estabelecer convênios com os Estados da Federação com o intuito de centralizar todos os dados do País.
- Art. 2º Os dados coletados deverão ser centralizados no Ministério da Cidadania e disponibilizados para acesso de qualquer cidadão.
- Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.
- Art. 4° As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.
 - Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A matéria prima para os estudos estatísticos são os dados de observação, tratandose dos valores que são adicionados as características. Os dados de observação são oriundos de várias fontes, podendo ser coletados de duas formas:

Enumeração: referentes a uma variável discreta;

Mensuração: referentes a uma variável contínua.

Temos no país inteiro um quadro crescente de violência contra as populações LGBTQIA+, negros, pardos e pretos, isso precisa ser mensurado globalmente para estabelecer políticas públicas de combate a este inaceitável e injustificável tipo de violência.

Quando o assunto é LGBTfobia e violência racial, uma das dificuldades encontradas é a falta de estatísticas oficiais. Enquanto em vários países, como dos Estados Unidos, preocupa-se em levantar dados que ajudem a entender a realidade dessa população, o Brasil toma poucas atitudes em relação a isso.

Os dados propostos neste Projeto de Lei, afiguram-se de extrema relevância para o estabelecimento de políticas públicas que possua o escopo de salvaguardar os direitos e a dignidade da população LGBTQIA+ e da população negra, parda ou preta, outrossim, para extirpar os índices de violência suportado por estas populações.

Tais estatísticas, que seguirão os critérios propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, certamente servirão para melhor planejamento do Poder





Executivo quando da elaboração e execução de políticas públicas voltadas paras as mencionadas populações.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em, de fevereiro de 2022

Alexandre Frota Deputado Federal PSDB/SP



